



1 **6ª Ata da Reunião Extraordinária do CMS** – Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil
2 e vinte e dois às dezoito horas e quinze minutos, na sala de reuniões, situada à Rua: Balduino
3 Taques, 445, Centro, e via on-line através da plataforma Skype, presentes os Conselheiros
4 Titulares: Renata Moraes, Robson Xavier da Silva, Charles Renan Pinto Aurélio, Inês Chuy
5 Lopes, Francismara Cristiane Orso de Araújo, José dos Passos Neto, Pedro Henrique Moraes,
6 Carolina Moreira Justo, João Luiz dos Santos, Isabela Sens Fadel Gobbo, Ana Caetano Pinto,
7 Adriane do Rocio Lopes, Gizelle Aparecida Cheremeta, José Timóteo Vasconcellos Sobrinho,
8 Maria Albertina de Miranda. Conselheiros Suplentes: Jefferson Leandro Gomes Palhão,
9 Rosângela Rigoni, Adriana Mara Souza da Silva. Participantes: Luiz Carlos Gorchinski. A
10 Presidente Adriane do Rocio Lopes abre à reunião às 18 horas e 30 minutos saudando todos
11 os presentes, faz a leitura da pauta. **1. Apresentação e votação da Resolução que**
12 **regulamenta a contratação de assessoria jurídica e contábil para assessoramente**
13 **técnico do CMS. 2. Apresentação e votação da Resolução que regulamenta as horas**
14 **extras executadas pelas (os) secretárias (os) executivas (os) do CMS. 3. Apresentação e**
15 **votação da Resolução que regulamenta a contratação objetiva para dotar o CMS de**
16 **Ponta Grossa de ferramentas de videoconferência para atender as demandas de**
17 **realização de reuniões. 4. Discussão e encaminhamentos sobre os serviços cessados de**
18 **Tomografia e US realizados no PSM. 1. Apresentação e votação da Resolução que**
19 **regulamenta a contratação de assessoria jurídica e contábil para assessoramente**
20 **técnico do CMS.** A Presidente Adriane do Rocio Lopes lê o final da Resolução: 1º Autorizar a
21 com a devida motivação, admitindo-se a contratação de profissionais da contabilidade e da
22 advocacia para a realização de serviços de consultoria e assessoramente técnico ao Conselho
23 Municipal de Saúde de Ponta Grossa. 2º Caso adotadas imediatamente as medidas
24 deliberativas pelo Pleno deste Conselho, para o desenvolvimento de suas atividades na defesa
25 judicial nas demandas relacionadas à este órgão deliberativo. 3º A partir desta data, os
26 pareceres contábeis e jurídicos emitidos por este Conselho Municipal de Saúde deverão ser
27 elaborados com o devido assessoramento por parte do Contador e Advogado contratado e em
28 situação de regularidade perante o Conselho Regional de Contabilidade e Ordem dos
29 Advogados do Brasil, respectivamente. 4º Os casos omissos serão resolvidos pelo Pleno do
30 Conselho Municipal de Saúde de Ponta Grossa em reunião ordinária. 5º Esta Resolução entra
31 em vigor na data de sua publicação. Pergunta se algum conselheiro quer fazer alguma
32 consideração. A Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta fala que pra que não ocorra o que
33 aconteceu no último pedido do CMS, pergunta se esses dois profissionais que precisam para
34 apoio técnico, o CMS pode deliberar sobre a contratação deles, ou a Secretaria não poderá
35 contatar e irá mandar esses profissionais de dentro do prédio mesmo, o CMS terá essa
36 autonomia da contratação. A Presidente Adriane do Rocio Lopes fala que acredita que seja
37 pelo Edital da Prefeitura e que será uma contratação. O Dr. Gustavo da Matta fala que
38 juridicamente não é possível o CMS contratar diretamente esses profissionais, tem que
39 contratar guia, concurso público do município, para o município ceder, fala que tem um pré
40 julgado do Tribunal de Contas que impossibilita o município de fazer contratação direta deste
41 tipo de profissional, tanto o profissional advogado, tanto o profissional contador, é o pré julgado
42 nº 6 do Tribunal de Contas, fala que o CMS diretamente contratar não vê como, fala que se o
43 município fazer um concurso público e contratar ou via licitação de servidor. O Conselheiro
44 Jefferson Leandro Gomes Palhão fala que segundo a Lei o CMS delibera sobre a sua
45 expansão, e sobre o que vai atuar, se o CMS está pedindo a contratação de dois profissionais
46 sendo fundamental para o ele hoje, discorda do que foi dito pelo Dr. Gustavo da Matta, o CMS
47 delibera sobre o próprio orçamento, e dá o seu quadro de profissionais, se o CMS pedir um
48 profissional de qualquer área, tem que ser cedido. A Presidente Adriane do Rocio Lopes lê a
49 Resolução 453 do dia 10 de maio de 2012: Em sua quarta diretriz, as três esferas de governo
50 garantirão autonomia administrativa para o Pleno funcionamento do CMS, dotação
51 orçamentária, autonomia financeira e organização, secretaria executiva com a necessária
52 infraestrutura e apoio técnico, cabe ao CMS deliberar em relação à sua estrutura administrativa
53 e quadro de pessoal, o CMS contará com uma Secretaria Executiva coordenada por um
54 pessoal preparado para a função, para o suporte técnico e administrativo subordinada ao



55 plenário do CMS que definirá sua estrutura e dimensão. Fala que essa resolução foi construída
56 baseada na LEI. Coloca em Regime de votação a Resolução que regulamenta a contratação
57 de assessoria jurídica e contábil para assessoramento técnico do CMS. Aprovado por 13
58 (treze) votos favoráveis e 2 (dois) contrários. **2. Apresentação e votação da Resolução que**
59 **regulamenta as horas extras executadas pelas (os) secretárias (os) executivas (os) do**
60 **CMS.** A Presidente Adriane do Rocio Lopes lê o final da Resolução: Autorizar a convocação de
61 servidor (a) público (a) municipal lotado (a) no Conselho Municipal de Saúde de Ponta Grossa
62 para prestação de serviço, em regime extraordinário de trabalho, para atender a situações
63 excepcionais do referido Conselho. 1º Considera-se regime extraordinário de trabalho, para fins
64 desta resolução, aquele realizado em período que exceda a jornada diária regular do cargo ou
65 função, ou seja, ficará estipulado as horas extras em dias de reuniões ordinárias e reuniões da
66 mesa diretora, sendo que estas ocorrem 01(uma) vez por semana, sendo nas terças-feiras,
67 após às 18hrs. 2º Compete à chefia imediata a autorização do servidor para a realização do
68 serviço extraordinário de que trata esta Resolução. 3º Fica vedada a compensação de horas
69 extraordinárias por meio de banco de horas. 4º As horas extras serão gerenciadas pela
70 Diretoria de Recursos Humanos da PMPG. 5º A apuração das eventuais horas extraordinárias
71 será feita mensalmente e deverá ser atestada pelo Presidente do Conselho Municipal de
72 Saúde, na qual o serviço foi prestado e, encaminhado relatório à Diretoria de Recursos
73 Humanos. 6º Cabe à chefia imediata do servidor decidir, com base em critérios de
74 oportunidade e conveniência, o momento mais adequado para a execução das horas
75 extraordinárias em momentos excepcionais, como por exemplo: fruição de férias de outro (a)
76 servidor (a) lotado (a) no Conselho Municipal de Saúde. 7º A autorização do servidor para a
77 realização do serviço extraordinário será efetivada pelo Presidente do Conselho Municipal de
78 Saúde, através da "Folha de Ponto". 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Pleno do
79 Conselho Municipal de Saúde de Ponta Grossa em reunião ordinária. 9º - Esta Resolução entra
80 em vigor na data de sua publicação. Pergunta se algum conselheiro quer fazer alguma
81 consideração. A Conselheira Isabela Sens Fadel Gobbo fala que tem dúvidas da necessidade
82 de ser aprovada uma Resolução como esta, fala que são servidoras públicas municipais e que
83 tem uma regulamentação por forma de pagamento, horas extras e etc, fala que está
84 preocupada por isso já estar acontecendo no CMS faz tempo, e não ter um comprimento do
85 que considera importante, que é o pagamento das horas extras das funcionárias, diante dessa
86 situação, fala que não é necessário ser aprovada esta Resolução, o que é necessário, é cobrar
87 da prefeitura para que seja feito o devido pagamento e para que tenham um servidor disponível
88 conforme o que demanda a lei, fala que hoje deveria ser feita uma Resolução de cobrança,
89 daquilo que está em lei. O Dr. Gustavo da Matta fala que essa Resolução não possa ser
90 deliberada por que é uma situação já prevista em lei, a lei determina quais são as regras de
91 trabalho da CLT, fala que a funcionária que está atuando hoje no CMS é uma funcionária de
92 seis horas ela não pode extrapolar duas horas, fala que a justiça de trabalho é muito rigorosa,
93 mesmo que se extrapolem duas horas a jornada, não pode se extrapolar todo dia, é uma
94 situação que se torna comum e não é bem visto pela justiça de trabalho, fala que entende que
95 precisa de um servidor que seja de oito horas no CMS e que existe na Prefeitura hoje em dia,
96 uma cobrança rigorosa, fala que estão sendo cortadas muitas horas extras e que a maioria que
97 é possível é feito banco de horas, entende que o município tem que dar ao servidor que tenha
98 essa flexibilidade de ir trabalhar no CMS e que agora terá um concurso e quem sabe venham
99 novos servidores administrativos e que possam ser cedidos com horários mais flexíveis com
100 uma carga horária de oito horas, fala que vê com muita preocupação essa situação de dar essa
101 autorização que façam horas que não são permitidas para a CLT e que já foi conversado sobre
102 o assunto que não seriam permitidos mais que duas horas, essas horas que foram feitas já
103 foram autorizadas, mas que daqui pra frente não poderiam passar de duas horas, fala que ao
104 seu ver, todo dia duas horas é um problema que um dia o ministério do trabalho vai verificar. A
105 Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta fala que é uma necessidade do CMS ter esse
106 servidor, visto que as reuniões do Pleno estão com pautas extremamente pesadas e que as
107 reuniões têm se estendido bastante, da como sugestão de o CMS abrir um pouco mais tarde
108 para que o horário fosse compensado, mais que a Prefeitura assuma, que se o funcionário



109 porventura precise passar do seu horário de trabalho, receba as horas extras feitas, fala que o
110 CMS está tendo um caso recorrente, muda o Gestor da FMS muda tudo o que o outro disse e,
111 ninguém assume o compromisso pelo outro Gestor, fala que o CMS nunca consegue manter
112 somente na palavra um compromisso. O Conselheiro Jefferson Leandro Gomes Palhão fala
113 que horas extras feitas são horas pagas, que se a funcionária trabalhou a mais que seu horário
114 estipulado tem que receber e que nunca viu uma ponderação contrária, fala que o Dr. Gustavo
115 da Matta garantiu que já as pagou, fala que não é todo dia que a funcionária irá fazer horas
116 extras e sim somente nos dias de reuniões pela necessidade do CMS. A Presidente Adriane do
117 Rocio Lopes fala que essa realidade já vem desde o ano passado com a saída da Sueli que
118 era funcionária do CMS, fala que não receberam outro servidor para ficar no lugar dela, desde
119 então foram feitos muitos pedidos de solicitação, de reivindicação, ofício, SEI pedindo um
120 servidor para trabalhar no CMS, fala que estão com um estagiário e que antes tinham dois, a
121 funcionária Ivone está de férias retornando somente na outra semana, os outros funcionários
122 mandados pro CMS não permaneceram, a funcionária Bárbara veio para o CMS dois dias
123 antes de a funcionária Ivone sair de férias, fala que a funcionária Bárbara é de seis horas, e ao
124 retorno da Ivone ela continuará cumprindo com a sua carga horária de seis horas
125 permanecendo no CMS, a funcionária Ivone é de oito horas mais irá sair, se desligar do
126 município, será mantido o horário de funcionamento do CMS das oito horas da manhã até as
127 dezessete horas da tarde, fala que é um absurdo tem que ser feita uma Resolução para que
128 isso seja cumprido, fala que foi conversado com o Dr. Gustavo da Matta a respeito das horas
129 extras e sabem que não pode ser extrapolado esse horário, mas, o horário do CMS é
130 diferenciado, fala que a funcionária Bárbara receberá pelas horas trabalhadas, mas, é
131 necessário que fique registrado para o CMS não ter mais esse tipo de problema, pois isso tem
132 sido recorrente, fala que acontece a mudança de Gestão e o CMS tem que continuar insistindo
133 para que o funcionário receba pelo que trabalhou. A Presidente Adriane do Rocio Lopes coloca
134 em regime de votação. A Conselheira Isabela Sens Fadel Gobbo pede vistas da Resolução. **3.**
135 **Apresentação e votação da Resolução que regulamenta a contratação objetiva para**
136 **dotar o CMS de Ponta Grossa de ferramentas de videoconferência para atender as**
137 **demandas de realização de reuniões.** A Presidente Adriane do Rocio Lopes pergunta se
138 algum conselheiro tem alguma consideração para fazer. O Conselheiro Pedro Henrique Moraes
139 fala que em relação ao texto, o que foi resolvido, nas exigências para ferramenta de plataforma
140 de videoconferência, fala que achou que solicitar em voz e vídeo em HD pode não ser possível
141 se exige uma ferramenta de vídeo (uma câmera) pode dificultar o processo de aquisição desse
142 material, fala que acha que não existe uma plataforma que possibilite uma videoconferência
143 com essa qualidade, e em relação a transmissão nativa e ao vivo para o público, tem a
144 sugestão de colocar em relação as redes sociais do CMS. A Presidente Adriane do Rocio
145 Lopes coloca em regime de votação a Resolução com as considerações feitas pelo
146 Conselheiro Pedro Henrique Moraes. Aprovada a Resolução com ressalvas por 17 (dezessete)
147 votos favoráveis. **4. Discussão e encaminhamentos sobre os serviços cessados de**
148 **Tomografia e US realizados no PSM.** A Presidente Adriane do Rocio Lopes fala que quando
149 estavam na reunião do Comitê de Urgência e Emergência ela e o Conselheiro José dos Passos
150 Neto receberam essa informação do serviço cessado pelo município, durante a reunião, toda a
151 rede estava reunida nesse Comitê de Urgência e Emergência, fala que esse serviço prestado
152 de imagem, tomografia e ultrassom é extremamente importante, fala que saiu uma matéria
153 onde divulgaram uma funcionária que trabalha na UPA, onde ela faz uma denúncia que
154 somente nesta semana, duas pessoas dos munícipes, perderam a vida dentro do equipamento
155 da UPA, por falta de estrutura e de atendimento, isso aconteceu dentro do município de Ponta
156 Grossa, fala que essa realidade já foi apontada desde o início quando estavam fazendo
157 desmame do serviço, tiraram o serviço do Pronto Atendimento Infantil, estavam fazendo o
158 desmame, mas, cessaram de uma hora para outra, estavam fazendo o desmame o Pronto
159 Socorro Municipal, e também, o serviço foi interrompido de uma hora para outra, e agora,
160 novamente, o CMS através da imprensa, fica sabendo do que está acontecendo, foi dito que
161 isso aconteceria quando houve o fechamento do Pronto Socorro. A secretária-adjunta Juliana
162 fala que foi informado através de email ao CMS sobre o fechamento do Hospital, fala que a



163 FMS tomou essa decisão, tinham relatos de alguns funcionários que nos exames teriam
164 agravamentos e que eles não teriam como dar o suporte necessário, fala que teriam de ter
165 tomado essas medidas antes, mas quando chegaram esses relatos para a FMS, foi conversado
166 com o Secretário e decidiram por encerrar este serviço, mas, esse serviço não ficou
167 desassistido, fala que já possuem um hospital de retaguarda que vai dar esse suporte que é de
168 extrema importância, fala que paralelo a relato de pacientes de não ter uma estrutura, não ter
169 uma sala de emergência caso tenha o agravamento de algum paciente, fala que outra situação
170 que chegou até eles, é que ali os equipamentos são terceirizados, o Hospital está em
171 fechamento, e já começaram a fazer as reuniões para o fechamento total do Hospital, fala que
172 têm o raio-X, onde seria fechado e não irão mais fechar, e que têm a estrutura do município
173 para acolher esses funcionários, fala que são uma série de questões que não tem sido fáceis,
174 pede compreensão do CMS por ter sido um momento muito difícil, fala que não chegou
175 nenhuma denúncia até eles sobre a questão desses dois óbitos, só foi divulgado na mídia, e
176 que quando chegar até eles será investigado, fala que eles tem medido bastante esforços para
177 solucionar as questões da Saúde, mas, que também não podem por em risco os pacientes, fala
178 que os pacientes estavam em risco porque não tinham um hospital de retaguarda, tendo esse
179 hospital de retaguarda, se o paciente tiver um agravamento ele vai ter esse suporte, fala que a
180 UPA tem estrutura e que tem todo o suporte, estrutura não falta, fala que eles tem realizado
181 reuniões para ver qual é a melhor estratégia para melhorar essa situação e que isso tem
182 ocorrido em todo o Brasil, fala que tem trabalhado em relação a Atenção Primária e tomado
183 cuidado para que não chegue a essa situação da UPA. A Presidente Adriane do Rocio Lopes
184 fala que por ser fechado o Pronto Socorro a rede sentiu todo esse impacto, e que um dos
185 impactos seria a manutenção dos pacientes por maior prazo dentro do equipamento UPA,
186 dificultando o trabalho de quem atua (trabalha) lá dentro, os pacientes que estão a mais de dez
187 dias chegando a quinze dias, fica complicado de ser trabalhada essa questão, fala que se o
188 serviço fosse cessado de uma forma programada e planejada acredita que isso não teria
189 acontecido, fala que tiveram um Relato na Comissão do POA (Plano Operativo Assistencial),
190 fala que o Hospital Santa Casa tem a sala dez onde recebe os pacientes de acidentes e etc, e
191 que esses pacientes estão sendo estabilizados nessa sala, tendo capacidade para quatro
192 pessoas mais que está acomodando oito pacientes (o dobro), e que se chegasse mais um
193 paciente eles não teriam condições de atender, o serviço de Urgência e Emergência chega
194 com vaga zero, o paciente precisando de atendimento eles tem que dar esse atendimento as
195 vezes não podendo esperar atendimento, sendo urgente, se tivesse um planejamento para que
196 o serviço fosse cessado de forma adequada, fala que acredita que teriam salvo muitas vidas. O
197 Conselheiro Jefferson Leandro Gomes Palhão fala que o que foi feito de maneira unilateral,
198 todo mundo foi pego da noite para o dia, por não ter um serviço municipal hoje precisando de
199 imagem, fala que foi o que apareceu no jornal, fala que está participando da reunião em sua
200 residência e que está há dois dias com febre, fala que se for procurar um médico na atualidade
201 terá que entrar na Central de Regulação de Leitos, pelo serviço do estado por não ter mais no
202 município, fala que a FMS tem equipamentos, mas, não querem prestar serviço, fala que
203 ressonância magnética e exames de imagem são essenciais para o profissional de saúde, fala
204 que tudo fecha no município de Ponta Grossa pela FMS, e quando abre é de maneira errada,
205 fala que FMS fechou serviços essenciais para Atendimento Médico, fala que a Atenção Básica
206 está toda bagunçada, e que tem várias Unidades de Saúde sem médicos, sobrecarregam a
207 UPA e fecham o Pronto Socorro que era um Hospital que dava suporte ao Estado, fala que o
208 município de Ponta Grossa não aguenta mais isso. A Conselheira Isabela Sens Fadel Gobbo
209 fala que entende que o município não tem passado por uma situação fácil, fala que a forma que
210 a Prefeitura tem tomado decisões á revelia desse Conselho é alvo de tacho, o que deve ser
211 combatido pelo CMS e pela própria Prefeitura, para que tenha além de legitimidade para tomar
212 atitudes tão rigorosas como essas, precisaria passar por este Conselho para que pudessem
213 assumir coercitivamente os riscos que essa decisão tem e que coloca pressão sobre o CMS,
214 pontua se isso foi acordado com a 3ª Regional de Saúde antes ou depois do problema
215 acontecer, fala que não sabe o que seria da população se não tivesse hoje o Hospital Regional
216 no município para ser Hospital retaguarda, pontua também que se o município não tem mais o



217 Pronto Socorro e o Hospital Regional é um Hospital que atende vários municípios e
218 provavelmente não tenha condições de ser retaguarda por muito tempo, até quando esse
219 problema irá permanecer e a Prefeitura vai voltar a fazer esse serviço, questiona também
220 porque os equipamentos não foram mudados para outro local e continuassem prestando
221 serviço questiona se tem funcionários para poder prestar serviço no município ou não, fala que
222 se não tiverem funcionários para atuar, entra em outro problema do porque não podem prestar
223 serviço e não por falta de estrutura. A secretária-adjunta Juliana fala que em relação à
224 tomografia não poderia ser trocado de lugar precisa de uma sala baritada e várias outras
225 questões para que possa ser realocado e também por ser terceirizado, fala que não é de
226 competência da UPA fazer esse tipo de exame embora tenha que ter uma retaguarda, neste
227 caso o Hospital Regional, que foi resolvido neste momento, em relação aos funcionários, eles
228 continuam atuando no Raio-X por ser eletivo, continua neste momento, mas deixa claro que o
229 hospital será fechado totalmente aos poucos, e em questão do ultrassom, estão vendo a
230 melhor forma de realocar, fala que os pacientes não estão desassistidos porque estão dentro
231 da Urgência e Emergência. A Presidente Adriane do Rocio Lopes fala que é nesta mesma
232 Urgência e Emergência que os pacientes estão ficando quinze dias e que só na semana dois
233 pacientes morreram, questiona se é essa estrutura que o município disponibiliza para o
234 usuário, fala para o serviço ser remanejado e não cessado, fala que no contrato vigente a
235 secretária-adjunta Juliana não poderia ter essa mudança repentina tão brusca, fala que gera
236 um impacto muito grande numa rede, fala para que a estrutura seja reorganizada, que a
237 demanda seja reorganizada. A secretária-adjunta Juliana fala que em relação ao tomógrafo,
238 têm o hospital de retaguarda que precisa ter de urgência, as outras situações já estão sendo
239 organizadas, fala que faz questão de passar tudo o que será feito para o CMS, mas a questão
240 de urgência precisa ter um hospital de retaguarda, o que é o correto para não colocar os
241 pacientes em risco. A Presidente Adriane do Rocio Lopes fala que a FMS tem cinco dias para
242 reformular esta questão ao CMS. A Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta pede para que a
243 Mesa do CMS faça um ofício solicitando a cópia do contrato com o Hospital Regional referente
244 aos exames que irão assumir, com os valores, e como foi à forma de contrato, para que não
245 ocorra o mesmo que ocorreu com o Hospital Bom Jesus, o município não reconhecer o serviço
246 prestado por não estar oficializado e ocorrer o risco de não querer pagar esse serviço. Fala que
247 essa decisão foi tomada para não colocar a vida dos pacientes em risco, fala que quando foi
248 decidido o fechamento do serviço do Hospital onde foi uma coisa bruta e sem conhecimento do
249 Pleno deste CMS onde tem obrigação de ser comunicado, questiona se não previam que esses
250 exames colocavam os pacientes em risco, fala que se já era previsto, deveriam ter comunicado
251 o CMS no fechamento do serviço do hospital, fala também que se tivessem isso planejado
252 antes do fechamento dos exames, não teria gerado toda essa polêmica inclusive com os
253 funcionários, fala que em uma reunião realizada no dia 27/05/2022 na frente do hospital, foi
254 dada a notícia de que o hospital estava sendo fechado por não ter um responsável técnico, fala
255 que o Dr. Marcos Vinícius sempre foi o responsável técnico do hospital e não entende do
256 porque dizem que não tinham responsáveis técnicos sendo que tinham, e que ainda atua no
257 hospital, questiona também como irá funcionar se um paciente entrar na Urgência e
258 Emergência da UPA e precisar de um exame para o diagnóstico médico, o paciente irá entrar
259 no sistema, faz o exame, retorna para UPA para pegar o diagnóstico e depois voltar a Central
260 de Leitos, questiona se é desta maneira que irá funcionar, fala que além da Urgência e
261 Emergência dependerem dos exames as Unidades Básicas de Saúde também dependem,
262 pede para que a FMS encaminhe ao CMS todos os pedidos de exames das Unidades Básicas
263 de Saúde, fala que já faz tempo que estão em discussão em relação ao prédio que o Hemepar
264 está usando, fala que gostariam que a 3ª Regional de Saúde desse um prazo para que o prédio
265 seja devolvido ao município de Ponta Grossa, visto que o município está passando por várias
266 situações complicadas relacionadas a espaço e que poderia ser usado para o próprio
267 município, questiona também qual é a data que será encerrada o serviço de radiografia e o
268 planejamento de para onde irá esse serviço antes de ser cessado. O Conselheiro Pedro
269 Henrique Moraes fala é extremamente revoltante o que vem acontecendo com a saúde na
270 Atenção Básica como na Especializada, fala que é psicólogo e que está na cadeira do CRP

271 (Conselho Regional de Psicologia), e também residente da Saúde Mental da UEPG, fala que
272 faz plantões na UPA Santana, e que vê o trabalho e avalia o impacto da Saúde mental dos
273 pacientes que estão mais de 24 horas aguardando uma vaga, e o quanto é um gerador de
274 estresse que causa no paciente pela falta de leito de retaguarda, como por exemplo, leitos de
275 ortopedia no caso do Hospital Amadeu Puppi, algo que poderia ser resolvido rapidamente, os
276 pacientes aguardam dias contrariando a portaria nº 10 da UPA que diz que o paciente tem que
277 ficar até 24 horas nesse serviço de Urgência e Emergência para depois ser encaminhado para
278 um Hospital, fala que também o sofrimento mental dos funcionários de saúde que também
279 estão nesse serviço por conta da instabilidade desse serviço de Urgência e Emergência por ter
280 uma grande demanda de atendimento, os profissionais não dão conta de toda população que
281 chega, fala que falta recurso técnico assistencial e também fluxos organizados nessa rede,
282 tudo isso por conta do fechamento do Hospital que foi feito de uma maneira irresponsável, fala
283 que gostaria que fossem passados ao CMS esses fluxos, quantos leitos de retaguarda estão
284 disponíveis do HU para esses pacientes, se esses leitos vão cobrir esse período que o Hospital
285 Municipal está fechado ou se é momentâneo, e se os médicos reguladores e plantonistas vão
286 estar cientes desses fluxos, fala que desde que entrou no CMS vê os conselheiros falando para
287 que sejam consultados e não somente comunicados sobre as decisões tomadas em relação ao
288 município, consultar os conselheiros envolve os interesses da população de Ponta Grossa e
289 ultimamente isso não vem acontecendo. O Conselheiro José dos Passos Neto fala que acha
290 importante saber o que levou a interromper esse serviço de radiologia que estava sendo feito
291 no hospital, de uma hora para outra, qual o motivo principalmente para o fechamento do
292 hospital de uma maneira abrupta, o que mais será retirado do Hospital e o que ainda tem no
293 Hospital, para que não tenham mais fortes surpresas ao decorrer disso. A Conselheira
294 Francismara Cristiane Orso de Araújo, fala que como enfermeira da linha de frente, tem visto
295 que a Central de Leitos está muito sobrecarregada, os pacientes que estão na Central de
296 leitos, vão somente fazer o exame e voltam para onde ou ficam lá para fazer o seu tratamento,
297 fala que a FMS diz que não irá colocar os pacientes em risco, mas, os pacientes ficarem
298 esperando horas dias na Central de Leitos e serem recusados não estão colocando a vida
299 desses pacientes em risco. A secretária-adjunta Juliana fala que o Hospital foi fechado por
300 conta de todos os apontamentos feitos pela vigilância, fala que os raio-X feitos são os raio-X
301 das eletivas, já possuem os espaços no município, será feito aos poucos, e não será fechado o
302 serviço, serão estruturados um depois outro raio-X, não será cortado, em questão aos leitos de
303 retaguarda, não são leitos, terá a retaguarda das tomografias, o paciente que antes saía da
304 UPA e ia pro Hospital Municipal, sairá da UPA e irá para o Hospital Regional com a diferença
305 da retaguarda, com relação aos exames de raio-X o serviço não será cessado, os funcionários
306 não ficarão desassistidos, a ultrassom será realocada em outro local, fala que não irá parar
307 nenhum serviço, fala que toda a documentação enviada a FMS com questionamentos serão
308 respondidas, pede desculpas da maneira equivocada dessa Gestão com o CMS, fala que
309 jamais deixarão a vida dos pacientes em risco e que tem a CPF e o CRM que tem que ser
310 preservado, fala que a Central de Leitos está bem complicada e ainda pior que na época da
311 pandemia, as pessoas que estavam na fila de eletivos estão agora nas filas de Emergência,
312 fala que o agravamento das filas é por conta disso, fala que são várias as situações que o
313 município tem passado, fala que estão tentando resolver da melhor forma possível, mas que
314 também não estejam colocando a vida dos pacientes em risco, fala que quando tiver algo irão
315 repassar ao CMS. O Conselheiro Robson Xavier da Silva fala que em relação à matéria dos
316 dois pacientes virem a óbito na UPA que não conseguiu acompanhar muito bem a matéria,
317 mas, que existe alguns motivos que levam um paciente a vir a óbito em uma Unidade de
318 Urgência e Emergência, fala que pode ser natural, dada a condição clínica que o paciente
319 chegou na UPA, por negligência ou falta de assistência, por falta de recursos ou também por
320 questões epidemiológicas (uma dengue em que o quadro decline rapidamente e vir a óbito),
321 fala que cabe ao pessoal da 3ª Regional de Saúde e até para o esclarecimento da opinião
322 pública, fala que essa é uma informação que vai circular e deve ser de domínio de toda a rede
323 de Urgência e Emergência onde não diz respeito somente a Ponta Grossa mas também a
324 outros hospitais, e a outras duas regiões, fala que acha prudente que o município possa



325 sistematizar essa informação e apresentar oportunamente não só ao CMS, mas de forma
326 formal com institucional também a 3ª Regional de Saúde para que todos fiquem cientes daquilo
327 que foi pactuado, sendo de extrema importância, fala que em questão ao Hemepar, gostaria de
328 ter entregue o prédio a um ano e meio atrás, mas as obras ficaram paradas por obrigatoriedade
329 em virtude da pandemia, o prédio está pronto desde o ano passado, fala que pode apresentar
330 ao CMS a documentação de licitação que uma empresa ganhou para fazer toda a mobília, a
331 empresa assinou o contrato e no fim do ano depois de trinta dias, declinou dizendo que não iria
332 entregar a mobília, teve que ser feita outra licitação no começo do ano, concluiu-se a licitação
333 no dia 05 de maio deste ano, onde já tiveram duas empresas que venceram os lotes e os
334 contratos foram assinados, tendo cerca de 30 a 40 dias para entregarem toda a mobília,
335 considerando todos esses prazos, em cerca de 40 a 45 dias o prédio cedido será entregue ao
336 município. Fala que em relação à Unidade de Saúde Sady Silveira nenhuma instituição
337 questionou a 3ª Regional de Saúde a legalidade ou não do que foi feito, a Regional de Saúde
338 em tratativas com o município de forma muito acertativa e transparente, solicitaram
339 documentações ao município onde já foram encaminhadas a 3ª Regional, já possuem a
340 orientação da secretaria de estado e não existe embora tenha uma resolução que
341 regulamentou o repasse do recurso para construção considerando um momento
342 epidemiológico á amparo para alteração que foi feita, fala que já conversou com a prefeitura de
343 que é uma alteração temporária, excepcional, fala que teve a oportunidade de conversar com a
344 Presidente do CMS de que isso fosse pautado no CMS para que fizesse uma resolução, uma
345 pactuação do prazo de que essa temporariedade se dará, para que todos tenham segurança
346 jurídica nesse processo que foi exitoso e que diminuiu a pressão sobre as Unidades de Saúde,
347 de Urgência e Emergência, as UPAs, nesse sentido foi exitoso, deu resultado, mas a questão
348 precisa ser resolvida, fala que foi dito pelos Conselheiros para que o município tenha esse
349 prazo para que possa formalizar a 3ª Regional, ao CMS, fala também que a 3ª Regional de
350 Saúde vai formalizar, pactuar isso com os demais entes da rede de Urgência e Emergência
351 para que os fluxos sejam transparentes para todos os atores que compõem a rede. A
352 Presidente Adriane do Rocio Lopes questiona ao Conselho Robson Xavier da Silva, o Hemepar
353 saindo do espaço onde está locado hoje, o que será colocado ali, e se o prazo para devolução
354 do prédio é de 40 ou 45 dias. O Conselheiro Robson Xavier da Silva fala que será devolvido ao
355 município e o município que irá decidir o que será feito ali, por ser um espaço municipal, fala
356 que acredita que em 40 dias o prédio será entregue, mas, depende do prestador que irá
357 entregar a mobília, aonde tem um contrato com um prazo para ser entregue. A Conselheira
358 Giselle Aparecida Cheremeta questiona se é possível que o município agora faça a abertura de
359 um Pronto Atendimento Infantil no prédio que está funcionando o Hemepar. A secretária-
360 adjunta Juliana fala que nesse espaço a FMS se organizou para colocar a imunização por estar
361 em um local que é dentro do Hospital Municipal e que precisa ser retirado de lá, fala que só
362 estão aguardando isso para que possam tirar a imunização desse local. A conselheira Gizelle
363 Aparecida Cheremeta questiona se pode reestudar com a FMS em uma próxima reunião, haja
364 vista que a ocupação da Unidade Sady Silveira é provisória e de Urgência, se podem firmar
365 este compromisso diante do pleno CMS e da mesa diretora. A secretária-adjunta Juliana fala
366 que podem sim conversar para pensar sobre o fluxo, foi aberta uma porta emergencial e que
367 não sabem até quando vai, fala que fecharam um relatório, onde ainda estão passando por
368 isso e que isso tenha que ser rediscutido novamente, assume o compromisso diante do pleno
369 CMS e da mesa diretora de que antes que seja mudada a imunização, conversarão com o
370 CMS em outra reunião para discutir referente a esse assunto, se não teria outro espaço e como
371 será feito com o Atendimento Infantil. A reunião é encerrada às vinte e uma horas e cinquenta
372 e cinco minutos.